



A CIDADE CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Eliane Silva de Queiroz*
Ricardo Bahia Rios**

RESUMO: *A cidade contemporânea se configura como um dos principais destinos do cidadão, sendo o palco onde múltiplas relações acontecem e onde coabitam diferentes pessoas, com seus diferentes estilos de vida, costumes, crenças. Nesse mesmo espaço, também ganham destaque complexos, diversos e contraditórios problemas, que afetam, decisivamente, a vida dos seus habitantes. Um dos principais problemas encontrados na cidade é o da habitação, que, por sua abrangência, vem sendo alvo de políticas governamentais, na tentativa de saná-lo ou, ao menos, amenizar seus efeitos. Tendo isso em vista, este artigo tem como propósito construir um quadro teórico sobre a questão da habitação no espaço urbano capitalista e suas contradições, verificando como vem sendo tratada a questão da habitação ao longo do tempo no Brasil, a fim traçar um panorama da atual situação onde se encontram as questões habitacionais. Assim, serão tecidas considerações que giram em torno da habitação na cidade, analisando-a como um dos elementos-chave para se entender a cidade contemporânea.*

Palavras-Chave: Espaço Urbano; Habitação; Infraestrutura.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A vida contemporânea, para a grande maioria das pessoas, se revela na cidade, que é uma construção antiga e histórica. A cidade, no decurso da história da humanidade, sofreu inúmeras transformações e tornou-se extremamente complexa, contraditória, excludente, (sub)desenvolvida, violenta, (in)feliz, desigual. Por abarcar essa gama de características, que trazem em si paradoxos, a cidade contemporânea ganhou notoriedade e se revelou como palco onde se desenvolvem inúmeros trabalhos e pesquisas de cunho científico que buscam desvendá-la, entendê-la, decifrá-la, o que se constitui numa tarefa extremamente árdua, surpresa e tortuosa.

Com o seu desenvolvimento e crescimento, o espaço urbano passou a congrega inúmeros problemas, que se apresentam em diferentes contextos e amplitudes, mas que abarcam a grande maioria da população, que em meio a crises, violência, desigualdade, preconceito, segregação, tentam escapar deles e, em muitos casos, “sub-vivem” na cidade.

Um dos grandes, ou principais, problemas que afetam a vida na cidade se refere à habitação, que ocorre em virtude do aumento populacional, em consonância com a falta de infraestrutura das cidades para atender à demanda vigente, e com os interesses capitalistas que norteiam as ações e relações que ocorrem no espaço urbano. Nesse quadro, o que ocorre é a geração de um déficit habitacional que coloca os habitantes da cidade em difíceis situações, “forçando-os” a desenvolver e aprofundar o crescimento das favelas, com a auto-construção em

* Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação – Campus XI. E-mail: eliane.squeiroz@hotmail.com – Autora

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Professor do Curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação – Campus XI. E-mail: rbrios@uneb.br – Orientador



loteamentos, principalmente, localizados nas periferias das cidades, onde o acesso aos bens e serviços urbanos é restrito e as condições, em alguns casos, são paupérrimas. Nesse sentido, surge inúmeros outros problemas associados ao da habitação, dentre os quais há que se destacar a segregação sócio-espacial/residencial.

Para tentar solucionar esse problema da habitação, o governo começou a investir em políticas habitacionais, fato que tem início na Era Vargas. Entre as políticas adotadas, há a criação de Conjuntos Habitacionais destinados a população de baixa renda, na tentativa de suprir a demanda por habitação na cidade. Até os dias atuais, inúmeras práticas nesse sentido foram/estão sendo desenvolvidas e, em todo o território brasileiro, é incontável o número de Conjuntos Habitacionais criados. No entanto, os problemas não deixaram de existir e, em alguns casos, foram intensificados com tais criações, pois em alguns casos, esses novos “lares” não oferecem boas condições de habitação e também, via de regra, servem para acentuar a segregação residencial.

Este trabalho tem validade e significância por se constituir numa forma de contribuir para se entender como se processam a produção e reprodução do espaço urbano, tentando contribuir para que as pessoas possam conscientizar-se das adversidades que as cercam e dos problemas que elas próprias criam. Essa discussão será embasada nos postulados de diferentes autores, como Sposito (2008), Souza (2003; 2004), Oliveira (2007), Levebvre (2001), Corrêa (2002), Carlos (2005; 2007), Bonduki (1998).

Assim, é notório como o tema da habitação na cidade é relevante para o entendimento da complexidade do espaço urbano, haja vista que é um dos principais problemas enfrentados pela população cidadina. É nesse sentido que tentar-se-á desenvolver uma pesquisa com validade científica que venha, ao final, contribuir para se pensar de forma mais coerente e conscientemente as relações e problemáticas encontradas no interior das cidades, bem como para se entender melhor a sua organização.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS CONTRADIÇÕES

Inicialmente, definir o que seja a cidade ou o espaço urbano se mostra como uma tarefa árdua, principalmente, porque existem diferentes concepções acerca desse objeto de estudo, veiculada por autores que vislumbram inúmeras possibilidades de conceber o espaço urbano, além do fato de que o próprio objeto a ser “decifrado” oferece múltiplos entendimentos e abordagens, já que também é diverso, complexo e contraditório. Nesse sentido, é necessário um esforço em conseguir discernir qual concepção se mostra mais acertada do ponto de vista dos objetivos do pesquisador, que dê conta de abarcar toda a complexidade em que a cidade está envolvida.

Parece salutar a afirmação de Corrêa (2002, p. 7) de que o espaço urbano é, ao mesmo tempo, “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Por esse viés, a cidade se mostraria de forma fragmentada, manifesta por meio das diferenças vislumbradas no bojo de um sistema capitalista que acelera e aprofunda a estrutura de classes. Em contrapartida, a mesma cidade, que é, por natureza, fragmentada, só tem sentido e importância quando revela-se articulada, onde cada parte mantém relação com as



demais, seja por meio de simples relações, como a visita a parentes e amigos, ou através de interações mais complexas, como decisões que envolvem capital, salários, juros.

Além disso, a cidade seria um produto da ação humana, que constrói e dá vida à cidade, por meio dos diferentes usos que realiza. No entanto,

[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 2002, p. 8).

Por essa enorme complexidade, para se entender a cidade, em todos os seus detalhes e minúcias, é necessário um esforço que ultrapassa os limites da empiria, do senso comum e da simples experiência, não deixando de considerar, obviamente, a importância de se viver a cidade para compreendê-la.

Esse espaço, tão diverso, possui uma estrutura interna que sofreu/sofre uma constante evolução, levando, a todo momento, a uma (re)organização espacial. Essa transformação é fruto, basicamente, da ação dos agentes sociais produtores do espaço urbano, que, constantemente, atuam na (re)produção desse espaço e, dessa maneira, concede à cidade um espaço interno diferenciado, complexo e contraditório.

Sposito (2008, p. 34) informa que “[...] a cidade, de forma geral, quando considerados seus aspectos locacionais intra-urbanos, apresenta um centro e áreas não-centrais”. O centro concentra, basicamente, os serviços e o comércio, sendo conhecido como CDB (*central business district*). Em torno desse centro, localiza-se a periferia, onde se encontram as pessoas que, em geral, não conseguiram se estabelecer no centro.

A área central apresenta enormes disparidades em relação à periferia, havendo, portanto, diferenças qualitativas e quantitativas entre eles, o que afeta, diretamente, a vida na cidade, determinando, por conseguinte, acessos díspares ao que a cidade oferece, bem como a qualidade de vida dos cidadãos.

Esse quadro se apresenta num nível inicial de desenvolvimento da cidade, pois, o crescimento horizontal, vertical e populacional das cidades, fez/faz aumentar as distâncias e fez/faz

[...] aparecerem importantes subcentros de comércio e serviços, o que evita que os moradores dos diferentes bairros precisem, necessariamente, se deslocar para o CDB sempre que precisarem adquirir um bem mais sofisticado que pão, leite ou jornais (SOUZA, 2003, p. 65).

Muitos serviços e atividades que antes só existiam no centro, passaram a ser estabelecidos fora dessa Área Central, dando origem a núcleos secundários. Isso ocorre em função do processo de descentralização que surge

[...] de um lado, como uma medida das empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização da Área Central. De outro, resulta de uma menor riqueza locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais (CORRÊA, 2002, p. 45).



O fato é que há uma tendência atual de descentralização que permite a criação de outros núcleos, em virtude da existência de um novo mercado potencial, principalmente nos bairros mais afastados da Área Central.

Nota-se, então, uma espécie de ciclo pelo qual cada cidade passa, onde há o desenvolvimento inicialmente de um centro que congrega as principais atividades urbanas, que fornece as condições básicas ao crescimento da cidade. No entanto, com o crescimento da cidade, o centro torna-se saturado e, com as distâncias e a existência de outros locais atrativos, as atividades e serviços começam a migrar para outros espaços, originando outros núcleos, secundários ao núcleo central.

A cidade contemporânea e a questão da habitação

No decurso da história, a cidade, com o seu desenvolvimento, passou a fornecer serviços e bens os mais variados possíveis, o que começou a atrair mais pessoas, que começaram a migrar para os núcleos urbanos, gerando uma concentração exacerbada de pessoas. Esse aumento populacional, em conexão com outras questões de ordem política, com uma falta de infraestrutura, além de outras defasagens, fez surgir na cidade inúmeros problemas, de diferentes amplitudes, contextos, origens e desfechos, impulsionando, paradoxalmente, uma espécie de “fuga” das pessoas da cidade contemporânea. Assim, atração e repulsão convivem e justapõem-se no espaço urbano.

Com o crescimento das cidades, também se tornaram mais nítidos e acentuados os problemas urbanos, que colocam em xeque os seus “benefícios”. É cada vez mais alarmante as condições em que os habitantes da cidade, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, se encontram e convivem diariamente: mortes, tiroteios, assaltos, pobreza, miséria, violência, entre outros problemas, afligem o morador da cidade.

Dentre esses problemas, destaca-se a questão da habitação, que, a cada dia, ganha contornos mais dramáticos, transformando a paisagem da cidade. Se, por um lado, a cidade se desenvolve tecnológica, científica e economicamente, angaria maiores riquezas, adquire maior capital e importância para a vida contemporânea, de outro, o favelismo é cada vez mais flagrante, os moradores de rua, e com eles a discriminação, o preconceito e a segregação se aprofundam.

Habitar a cidade se revela, para Carlos (2007), como algo que ultrapassa o plano da casa, já que

[...] o sentido de habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. A partir da sua casa e para manutenção de sua vida, o cidadão usa outros lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, os lugares de lazer [...]. O homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa (CARLOS, 2007, p. 93).

Nessa perspectiva, o sentido de habitar a cidade se torna importante, haja vista que é por meio e a partir dela que o cidadão perceberá a cidade. Isso se torna possível, pois a casa, o habitar, revela o plano do vivido e, por isso, é por meio dela que o ser humano vai construindo



relações em escalas mais amplas, adquirindo um conhecimento mais profundo sobre a sua casa, depois da sua rua, do seu bairro e, enfim, da sua cidade, partindo para escalas ainda maiores.

No entanto, como já fora salientado, a habitação na cidade, longe de se mostrar como um local especial, que representa uma referência para o cidadão, revela-se, principalmente, como um problema que aflige e representa um dos ônus de se morar no espaço urbano superlotado, onde o jogo de interesses capitalistas e estatais decide quem vai morar e onde, e quem terá acesso aos benefícios da cidade. Corroborando essas informações, Carlos (2007, p. 97) aponta que

o plano do habitar revela algumas das estratégias da reprodução econômica, enquanto processo de valorização/desvalorização de áreas, apontando um movimento da população entre áreas centrais e a periferia.

Assim, nos locais mais caros, que se encontram distante das intempéries naturais, onde há maior facilidade de acesso aos bens e recursos da cidade, moram as pessoas com maior renda, que constroem habitações de luxo, que esbanjam conforto e qualidade.

Por não disporem de um alto poder aquisitivo, a grande maioria da população fica sujeita a sobreviver – e não habitar – nos terrenos mais baratos, que estão sujeitos a sofrer degradações causadas por catástrofes naturais, como tempestades, localizadas nas franjas urbanas – periferia das cidades. Nesses locais, seja por invasão ou concessão, essas pessoas constroem casas, que são verdadeiros cubículos, que se amontoam umas em cima das outras, formando um mosaico assimétrico, que parece, a todo momento, que vai desabar, gerando mais drama, sofrimento, indignação e angústia. Na idéia de habitação dessas pessoas desfavorecidas, conforto e qualidade são sinônimos de sonho e desejo, que se mostram cada vez mais difíceis de serem alcançados.

Nesse sentido, a habitação na cidade tem diferentes contextos, que se revelam em função da estrutura de classes que assola as sociedades capitalistas. Então, associado a isso, se aprofunda o problema da segregação sócio-espacial, que é “visível no plano da paisagem, a partir de uma morfologia profundamente hierarquizada, [...] [onde] a habitação é a forma mais visível das diferenciações de classe no espaço” (CARLOS, 2007, p. 95).

A segregação residencial se faz notar, principalmente, nas cidades, onde os menos favorecidos são “forçados” a habitar em locais que estejam afastados de toda a atividade da cidade. Para Carlos (2007, p. 96) “a segregação se apóia na existência da propriedade privada [...] do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, e na fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana”.

Assim, a segregação residencial se torna a expressão espacial das classes sociais, que caracterizam a sociedade capitalista, estando arraigada ao próprio surgimento das cidades e das classes sociais. Castells (1983 apud CORRÊA, 2002, p. 60) disserta que a segregação se revela como áreas com “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas”. Isso daria origem, por exemplo, a bairros segregados, de operários, de empregados do setor terciário, de grandes empresários em seus condomínios fechados.

Nessa perspectiva, é possível falar em dois tipos básicos de segregação: a segregação induzida ou programada e a auto-segregação ou segregação espontânea (CORRÊA, 2002; CARLOS, 2007).



A primeira delas – a segregação induzida – é fruto do próprio processo de produção capitalista excludente, que separa possuídos e despossuídos, além de se realizar por meio da “intervenção do Estado através de políticas urbanas orientadas pelas exigências da reprodução” (CARLOS, 2007, p. 96). Esse tipo de segregação se dá quando as pessoas não têm opção de escolha e acabam por aceitar o que lhes é imposto, na tentativa de sobreviver na cidade. Assim, pode-se entender que a segregação é oriunda das desigualdades sociais, mas, ao mesmo tempo, aprofunda essas desigualdades, num processo de retroalimentação. Nesse ciclo, perpetua-se a intolerância, o preconceito e os conflitos.

A auto-segregação, por sua vez, é resultado da aceleração e aprofundamento dos problemas urbanos que desenvolve nas pessoas o medo e o pânico. Por isso, as pessoas mais abastadas da sociedade criam espaços que, de certa forma, as retiram e as protegem dos perigos que a cidade oferece. São exemplos da auto-segregação a construção de condomínios de luxo fechados, que criam, inclusive, regras próprias de convivência, abandonando aquelas que são do convívio social comum. Esse tipo de segregação revela-se como

[...] uma estratégia imobiliária que se realiza sob o “discurso” da necessidade de um ‘outro modo de vida, com outra qualidade de vida’, capaz de fazer frente, ou melhor de isolar/poupar e proteger os indivíduos numa metrópole que se torna congestionada e violenta e de outro lado, a necessidade de se morar em meio ou próximo ao verde, que a metrópole, em seu crescimento, destruiu [...] (CARLOS, 2007, p. 98).

Dessa maneira, é notório o quanto a segregação está incutida nas relações que são travadas na cidade e o quanto os agentes produtores desse espaço também são responsáveis por aprofundar a segregação, seja ela a induzida ou a auto-segregação, já que participa, direta ou indiretamente, do processo de decisões referentes à habitação na cidade, negociando e criando espaços diferentes para pessoas com poderes diferentes.

Tendo em vista esses problemas que circundam a questão da habitação na cidade, que, inclusive, gera a segregação residencial induzida, inicia-se uma tentativa de resolução desse impasse por meio da criação, pelo Estado, de habitações populares, destinadas, a priori, a famílias de baixa renda. Essa estratégia, por sua vez, acaba por gerar modificações na estrutura interna das cidades, transformando os fluxos migratórios da população ali residente, gerando uma nova dinâmica econômica, de transportes, entre outros.

No entanto, via de regra, esses Conjuntos Habitacionais, em sua grande maioria, acabam reproduzindo a segregação sócio-espacial, pois são construídos na periferia das cidades e, em alguns casos, não oferecem as condições necessárias para que as pessoas vivam dignamente. O Estado capitalista irá criar, dessa maneira, “mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação” (CORRÊA, 2002, p. 26).

A habitação popular no Brasil sob uma perspectiva histórica

A história da habitação popular no Brasil remonta ao período Vargas, onde se tinha a ação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) e da Fundação da Casa Popular (FCP), que foram os primeiros órgãos federais a atuar no setor da habitação.



Bonduki (1998, p. 99) aponta que, ao final do Estado Novo,

o país esteve a ponto de formular uma política habitacional consistente, não concretizada em função do predomínio de interesses econômicos ou corporativos, como o fortalecimento da estrutura dos IAPs nos governos seguintes.

Pode-se dizer que foi no período Vargas que se tomou consciência da defasagem na infraestrutura habitacional que assolava as cidades brasileiras. Por isso, a intervenção pública nesse período foi significativa, já que estava situada

[...] no contexto das transformações do setor habitacional, num quadro marcado por grave crise de moradia, pela atribuição ao Estado da responsabilidade pelo enfrentamento do problema habitacional e pela emergência de novos moldes de moradia, baseados no auto-emprego da casa própria (BONDUKI, 1998, p. 99).

No entanto, vale ressaltar que interesses políticos e econômicos estavam incutidos nessas ações, pois havia uma valorização do trabalhador, do operário, já que era ele quem produzia as riquezas do país e “[...] acreditava-se que o meio influenciava diretamente o comportamento dos trabalhadores e que só através da reformulação de seus lares, da sua organização, seria possível atingir os propósitos de construção da nação” (NASCIMENTO, 2006, p. 53).

Dessa forma, é perceptível que o desenvolvimento das ações referentes à habitação não tinha um conteúdo social, de interesse em ajudar as pessoas que sub-habitavam a cidade, mas sim de conseguir “ganhar” a confiança do trabalhador e de lhe oferecer condições favoráveis para realizar os intentos do governo, angariando maior desenvolvimento para o país. No entanto, apesar disso, as intervenções estatais até 1964 não vingaram, havendo irrisórias e isoladas ações, que acabaram por forçar a população a buscar soluções informais como a superlotação de favelas e a casa auto-empregada.

Com a Revolução de 1930, surgiu a possibilidade de utilizar recursos em programas de habitação, reforçando a atuação dos IAPs nesse sentido. No entanto, as ações não tiveram muita significação, não havendo muitas mudanças no plano concreto, no sentido de gerar uma efetiva mudança e melhoramentos nesse setor.

Após a Segunda Guerra Mundial, a crise habitacional teve seu período mais dramático. Bonduki (1988) assinala que, nesse momento,

[...] a questão da habitação se politizou como em raros momentos na história do país. Num clima de carência generalizada de produtos de primeira necessidade, a falta de moradias gerou enorme descontentamento popular, que repercutiu na imprensa, nos discursos políticos e nas propostas governamentais (BONDUKI, 1988, p. 116).

Nesse momento, o governo Vargas estava em crise e, com a sua deposição, o agravamento da situação habitacional tornou-se tema para a campanha de Dutra, que, eleito, foi ágil nas iniciativas no âmbito da habitação. Entre 1946 e 1950, os IAPs e a FCP produziram um número de unidades habitacionais superior às até então construídas.



Mas problemas começaram a afetar tais ações, pondo em xeque a validade do que havia sido empreendido até então. Resumindo alguns anos de políticas habitacionais, Bonduki (1998) postula que

[...] durante quase vinte anos de intensa urbanização e de agravamento do problema da moradia, sucessivos governos revelaram-se incapazes de formular uma proposta para atender ao leque cada vez mais diversificado de necessidades habitacionais do país. A trajetória da Fundação da Casa Popular e, de maneira geral, a produção estatal de moradias, mostram que, no Brasil, a questão nunca esteve no centro das preocupações dos governos populistas (BONDUKI, 1988, p. 125).

De forma eficiente ou não, o fato é que, ao longo da história política e social do Brasil, inúmeros conjuntos habitacionais foram construídos em diferentes locais. Inicialmente, estes foram sendo desenvolvidos nas grandes cidades, na tentativa de acabar com o crescente número de favelas. Assim, as pessoas eram removidas dos seus locais antigos de morada, indo habitar uma das residências dos Conjuntos Habitacionais.

O primeiro conjunto habitacional de grande magnitude construído no Brasil foi o Conjunto Residencial do Realengo, no Rio de Janeiro, nas décadas de 30 e 40, que possibilitou testar várias tipologias, como casas isoladas, geminadas e blocos de apartamentos. Depois tem-se a construção do Conjunto Residencial da Baixada do Carmo, em São Paulo, que é “um projeto marcado pela austeridade na ornamentação, pureza nas formas, racionalidade da implantação e, por outro lado, riqueza nos espaços públicos” (BONDUKI, 1998, p. 184). Com o tempo, inúmeros outros conjuntos, de formatos, amplitudes e qualidades díspares foram sendo construídos, dentre os quais, pode-se destacar: o Conjunto Residencial Santa Cruz (SP), da Moóca (SP), da Vila Guiomar (SP), de Pedregulho (RJ) – conjunto residencial mais conhecido do Brasil, representando o apogeu de um ciclo de projetos habitacionais –, de Deodoro (RJ), da Gávea (RJ), Passo d’Areia (RS). Para a elaboração e construção desses empreendimentos, destaca-se os nomes do arquiteto Carlos Frederico Ferreira e da engenheira Carmen Portinho.

Nota-se, ao fazer o levantamento dessas construções, que, ao longo de toda a história, eles se concentraram em São Paulo e no Rio de Janeiro, havendo algumas poucas exceções. Isso se evidencia pelo fato de que, à época, nessas cidades havia um número exacerbado de pessoas migrando para ocupar seu espaço urbano, superlotando-as, o que acabou por agravar o problema da habitação, já que não havia infra-estrutura suficiente para tal demanda. No entanto, é sabido que outros locais também carecem de políticas nesse sentido, que ajudem a amenizar as adversidades e as defasagens na habitação.

Nos últimos anos, tem ganhado destaque uma política empreendida pelo Estado em implementar Conjuntos Habitacionais nas cidades, em busca de enfrentar e resolver o déficit habitacional em que as cidades brasileiras se encontram. Com essa nova política, até as cidades pequenas tem usufruído dessa vantagem, podendo abrigar nesses conjuntos residenciais a população pobre que sobrevive em condições paupérrimas no espaço urbano.



Conjuntos habitacionais: qualidade de vida, segregação sócio-espacial e centro secundário – algumas considerações

A construção dos Conjuntos Habitacionais envolve uma gama de preocupações que devem estar em pauta nas discussões sobre a idealização de cada projeto, já que a casa popular deverá desempenhar de forma satisfatória o papel que lhe foi destinado: servir de moradia e habitação para uma população necessitada, que precisa dos padrões mínimos de dignidade e sobrevivência.

Uma primeira preocupação diz respeito à qualidade de vida que a casa popular deve assegurar para o seu morador, como espaço adequado e arejado, que não crie condições desfavoráveis de higiene e habitação. Assim, é preciso que a habitação popular tenha qualidade, de construção e de atributos, além de oferecer um conforto que se torna necessário para que se tenha uma vida digna. Isso leva o morador a tecer uma relação de pertencimento à casa popular, fazendo dela o seu lar e a sua referência no quadro de relações que tece diariamente com os diversos locais da cidade.

Além disso, ao lançar um olhar sobre a criação dos Conjuntos Residenciais, é perceptível que, geralmente, eles são construídos em locais afastados do centro da cidade e das diversas atividades que se desenrolam nela. Essa tendência acaba, em alguns casos, por aprofundar a segregação sócio-espacial, “afastando” os moradores desses conjuntos de um convívio pacífico e harmônico com a cidade, o que é seu por direito. Desenvolvendo a segregação, o preconceito e a discriminação também são trazidos à tona, manifestando-se por meio de gestos e termos pejorativos com os quais as pessoas “de fora” denominam os habitantes do Conjunto Habitacional.

Essa segregação se revela não só no plano espacial e físico, por uma distância que essas construções se acham em relação àquilo que se considera importante e central na cidade, mas também em relação ao abismo social que acaba por existir entre os residentes da habitação popular e aqueles que possuem condições de escolher onde e como querem morar, refletindo uma sociedade estratificada e uma estrutura de classes que se perpetua.

Nesse sentido, é preciso que, ao iniciar um projeto de construção de Conjuntos Habitacionais, se busque combater toda forma de preconceito e discriminação que possa ocorrer, tendo a consciência, primordialmente, da necessidade de se engajar essa nova produção espacial ao restante da cidade, já que as pessoas que irão residir nessas habitações são parte integrante da mesma, e desenvolvem atividades que influem decisivamente na configuração do espaço urbano. Na realidade, com essa nova construção, haverá uma (re)organização do espaço urbano, ao menos em parte, haja vista que o fluxo dessas pessoas mudará e, com ele, a dinâmica e estrutura da cidade.

Tendo em vista que a construção de um Conjunto Habitacional altera em parte a dinâmica da cidade, é possível inferir que, distante ou mais próximo do centro, as pessoas residentes nesses conjuntos poderão constituir um novo mercado potencial, influenciando a criação de um novo centro, ou um centro secundário, que venha a atender as necessidades dessa população. Assim, aprofunda-se ainda mais a transformação do espaço urbano, já que um centro secundário pode resultar em perdas na Área Central. Não é o caso, por exemplo, das atividades do centro deixarem de existir para migrar para esse novo mercado consumidor, mas, estrategicamente, as



empresas criam filiais que irão atuar nesse centro secundário, desenvolvendo uma nova dinâmica na cidade, já que muitas pessoas não precisarão mais migrar até o centro para satisfazer as suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, é perceptível o quão complexa é a cidade que, com seus inúmeros elementos, congregam pessoas, construções, objetos, capital, fazendo-os interagir e (trans)formá-la, numa dialética constante e incessante. Por isso, na sociedade atual, a cidade tem e desempenha um papel importante na configuração da vida dos cidadãos e, apesar dos inúmeros problemas que afetam a tranquilidade dos cidadãos e da tendência de “fuga” das pessoas da cidade, o espaço urbano ainda se configura num dos principais espaços de vivência e de atuação do homem, que encontra nela um “local” de interferência e de condicionamentos muito intensos. É nesse sentido que se observa uma importância em, cada vez mais, estudar e analisar como é a cidade contemporânea, já que essa percepção é essencial para que se possa compreender também a sociedade que se vive.

Estudar a cidade se torna ainda mais salutar quando se observa os inúmeros problemas que a afetam, já que a sua compreensão se torna basilar para se entender as sociedades e, dessa forma, tentar solucionar ou amenizar tais adversidades. No caso em específico, fica evidenciado o quanto o problema da habitação se circunscreve no espaço urbano, seja ele de uma grande, média ou pequena cidade, sendo alvo de políticas públicas ou particulares – criação de Conjuntos Habitacionais –, na medida em que esse problema ganha maior abrangência e notoriedade.

É possível evidenciar ainda como a proposta de solução de alguns problemas podem eclodir no desenvolvimento ou aprofundamento de outros, que derivam do primeiro. No caso da habitação, há que se levar em conta que, com as políticas desenvolvidas, surgem a segregação sócio-espacial e residencial, além de uma política, em alguns casos, assistencialista, que coloca em xeque as verdadeiras intenções do projeto que se quer implantar. É nesse sentido que se torna urgente a reflexão a respeito das dificuldades encontradas no âmago do espaço urbano, mas é também imprescindível que se tenha o cuidado de não gerar outros equívocos ou problemas advindos intencionalmente ou não das tentativas de saná-los.

Isso faz com que o sentido de habitar a cidade, tendo a casa como uma referência para o desenvolvimento de relações no espaço urbano, torne-se, diante dos problemas referentes à habitação, quase uma utopia, já que o grande déficit habitacional e a segregação espacial, que, de fato, afetam a grande maioria das cidades brasileiras e a vida dos cidadãos, impedem ou bloqueiam o desenvolvimento de relações que estão vinculadas ao morar, ao habitar, transformando a relação que o cidadão desenvolve com a cidade e com todos os elementos que a constituem.

Dessa maneira, nota-se o quão importante é estudar a cidade, os seus problemas, e a questão da habitação, que, contemporaneamente, ganha contornos mais dramáticos ao se observar as complexas e contraditórias adversidades que surgem juntamente com ela, urgindo a necessidade em dar uma maior atenção a essa problemática, a fim de que se possa entendê-la em sua essência e, assim, dar passos mais largos na concretização de ações que venham a amenizar os seus efeitos negativos.



REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: FAPESP, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Algumas Questões sobre a Habitação na Metrópole de São Paulo. In: _____. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). **Dilemas Urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Lar e Família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. **Revista Risco.** São Paulo, 14 p., fev. 2006.

OLIVEIRA, Anderson Gomes de. **A periferia de Salvador:** avaliação da qualidade de vida em áreas de intervenção habitacional para população de baixa renda. 2007, 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. Cidades. In: _____. **Redes e Cidades.** São Paulo: UNESP, 2008.